v7.n6.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ACESSO AO CRÉDITO BANCÁRIO, SUA IMPORTÂNCIA PARA O CRESCIMENTO DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NOS MUNICÍPIOS DE LIAMBO, CABINDA E NGOIO

ACESS TO BANK CREDIT AND ITS IMPORTANCE FOR THE GROWTH OF MICRO, SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES IN THE MUNICIPALITIES OF LIAMBO, CABINDA AND NGOIO

ACCESO AL CRÉDITO BANCARIO Y SU IMPORTANCIA PARA EL CRECIMIENTO DE LAS MICRO, PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS EN LOS MUNICIPIOS DE LIAMBO, CABINDA Y NGOIO

Simão Félix Candundo[1] João Mabiala Lussuamo[2] e Alberto Domingos[3]

e768231
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i6.8231

PUBLICADO: 06/2026

RESUMO

Apesar do papel central das MPME na geração de emprego e no desenvolvimento económico local, observa-se que muitas destas empresas enfrentam dificuldades significativas no acesso ao crédito bancário, o que limita a sua capacidade de crescimento e sustentabilidade. O problema da investigação reside na restrição do acesso efectivo ao crédito bancário, associada a elevadas exigências de garantias, taxas de juro e critérios rigorosos de concessão, que condicionam o desempenho das MPME. Diante deste contexto, a questão científica que orienta o estudo é: De que maneira o acesso ao crédito bancário actua como catalisador no processo de crescimento e sustentabilidade das MPME nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio? O objectivo geral da pesquisa consiste em investigar a importância do acesso ao crédito para o crescimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio. Metodologicamente, a investigação adopta uma abordagem quantitativa, com recurso ao método hipotético-dedutivo, utilizando questionários como instrumento de recolha de dados, tratados por meio de estatística descritiva, testes de confiabilidade e análise de componentes principais. Os resultados obtidos demonstram uma influência positiva e estatisticamente significativa do crédito bancário na sustentabilidade das MPME estudadas. Concluiu-se que, embora os gestores possuam uma percepção favorável sobre o impacto do financiamento, o acesso pleno é severamente condicionado por barreiras estruturais, nomeadamente as elevadas taxas de juro, o rigor excessivo nas garantias reais e a burocracia institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito Bancário. MPME. Municípios.

ABSTRACT

Despite the central role of Micro, Small and Medium Enterprises (MSMEs) in job creation and local economic development, many of these firms face significant challenges in accessing bank credit, which limits their growth and sustainability. The research problem lies in the restricted effective access to bank financing, associated with high collateral requirements, elevated interest rates, and stringent lending criteria that constrain MSME performance. In this context, the guiding

[1] Licenciado em Gestão de Empresas, Mestrando em Gestão de Empresas pela Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro – Cabinda, Angola; Gerente de uma Agência do Banco Millennium Atlântico Cabassango – Cabinda; Foi Assistente Comercial do Banco Sol de 2009 a 2012; actua como Consultor Empresarial na cidade de Cabinda.
[2] Docente da Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro – Cabinda, Angola e Vice-Decano para os Assuntos Académicos da Faculdade de Medicina da Universidade 11 de Novembro – Cabinda, Angola.
[3] Mestre em Gestão de Empresas pela Faculdade de Economia da Universidade Onze de Novembro Cabinda/Angola, Licenciado em Gestão de Empresa na Faculdade de Economia da UON, Professor no Instituto Politécnico de Administração e Gestão do Cabassango-Cabinda/Angola. Foi Gestor do Departamento de Formação e Investigação na empresa CEPI-Services.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

research question is: How does access to bank credit act as a catalyst in the growth and sustainability process of MSMEs in the municipalities of Liambo, Cabinda, and Ngoio? The main objective of this research is to investigate the importance of access to credit for the growth of MSMEs in the municipalities of Liambo, Cabinda, and Ngoio. Methodologically, the study adopts a quantitative approach, using the hypothetical-deductive method. Data were collected through questionnaires and analyzed using descriptive statistics, reliability tests, and principal component analysis. The results reveal a positive and statistically significant influence of bank credit on the sustainability of the MSMEs studied. It was concluded that, although managers have a favorable perception of the impact of financing, full access is severely constrained by structural barriers, namely high interest rates, excessive collateral requirements, and institutional bureaucracy.

KEYWORDS: *Bank Credit. MSMEs. Municipalities.*

RESUMEN

A pesar del papel central de las MIPYMES en la generación de empleo y en el desarrollo económico local, se observa que muchas de estas empresas enfrentan dificultades significativas en el acceso al crédito bancario, lo que limita su capacidad de crecimiento y sostenibilidad. El problema de la investigación radica en la restricción del acceso efectivo al crédito bancario, asociada a las elevadas exigencias de garantías, tasas de interés y criterios rigurosos de concesión, que condicionan el desempeño de las MIPYMES. Ante este contexto, la pregunta científica que orienta el estudio es: ¿De qué manera el acceso al crédito bancario actúa como catalizador en el proceso de crecimiento y sostenibilidad de las MIPYMES en los municipios de Liambo, Cabinda y Ngoio? El objetivo general de la investigación consiste en analizar la importancia del acceso al crédito para el crecimiento de las Micro, Pequeñas y Medianas Empresas en los municipios de Liambo, Cabinda y Ngoio. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cuantitativo, recurriendo al método hipotético-deductivo, utilizando cuestionarios como instrumento de recolección de datos, tratados mediante estadística descriptiva, pruebas de confiabilidad y análisis de componentes principales. Los resultados obtenidos demuestran una influencia positiva y estadísticamente significativa del crédito bancario en la sostenibilidad de las MIPYMES estudiadas. Se concluyó que, aunque los gestores poseen una percepción favorable sobre el impacto de la financiación, el acceso pleno está severamente condicionado por barreras estructurales, especialmente las elevadas tasas de interés, el excesivo rigor en las garantías reales y la burocracia institucional.

PALABRAS CLAVE: *Crédito Bancario. MPME. Municipios.*

INTRODUÇÃO

O acesso ao crédito formal e aos serviços bancários continua a ser um factor chave para o crescimento das micro, pequenas e médias empresas (MPME), especialmente em contextos em desenvolvimento, onde as fontes alternativas são limitadas ou muito caras. Muitas empresas comerciais, industrias, agrícolas e de serviços são classificadas como micro, pequenas e médias empresas (MPME). Correspondem a uma peça central na economia nacional, ou seja, uma alavanca à economia, tanto em tempos de prosperidade como em tempo de crise. Apesar da sua extrema importância, as MPME continuam a sentir fortes restrições relativamente ao acesso

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

aos produtos financeiros oferecidos pelas instituições bancárias, devido às opacidades das suas operações e a sua forte dependência os referidos produtos. As pequenas e médias empresas (PMEs) desempenham, na maioria das economias desenvolvidas, um papel fundamental. Todavia, apresentam debilidades específicas, associadas à sua reduzida dimensão, que não são, por isso, observáveis em empresas de maiores dimensões (LOPES, 2014).

O fortalecimento das economias modernas, especialmente em países com mercados emergentes, assenta invariavelmente na vitalidade do seu tecido empresarial de menor dimensão. No caso de Angola, e de forma mais específica na província de Cabinda, as micro, pequenas e médias empresas (MPME) não são apenas unidades económicas; elas representam a principal via de subsistência para inúmeras famílias e o motor de uma diversificação económica que o país tanto almeja. Contudo, a transição destas empresas de um estado de sobrevivência para um patamar de crescimento sustentável esbarra quase sempre numa barreira comum: a fragilidade no acesso ao crédito bancário formal.

Bădulescu (2010) afirma que as PME são muito limitadas pela falta de apoio ao financiamento por motivos de assimetria informacional, riscos elevados, altas taxas de juro, insuficiência de garantias e ambiente regulamentar desfavorável. Há um vasto consenso na literatura de que a melhor forma de ultrapassar essas dificuldades financeiras é através de desenvolvimento de relações próximas e duradouras com os bancos, reduzindo assim a assimetria de informação que constitui um elemento essencial na análise de financiamento. Ao analisar o panorama actual, percebe-se que existe um paradoxo preocupante. Por um lado, as MPME são reconhecidas como alavancas estratégicas para o desenvolvimento local, tanto em períodos de expansão como em momentos de crise. Por outro, estas mesmas empresas enfrentam um isolamento financeiro severo. A opacidade das suas operações e a dependência extrema de recursos externos criam um cenário de desconfiança por parte das instituições bancárias, que acabam por impor critérios de concessão extremamente rígidos. Esta realidade é acentuada pela assimetria de informação, onde o banco, desconhecendo a real saúde financeira do negócio, opta pela exclusão ou por taxas de juro que as empresas não conseguem suportar.

Lussuamo & Serrasqueiro (2020) investigaram os constrangimentos no acesso ao crédito bancário para pequenas e médias empresas em Cabinda, encontrando que taxas de juro elevadas, exigências de garantias substanciais e práticas informais ou de suborno são barreiras persistentes que afectam negativamente a procura por financiamento formal. A experiência acumulada e os estudos realizados na região de Cabinda mostram que as barreiras não são apenas burocráticas, mas estruturais. Exigências de garantias reais desproporcionais ao

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

tamanho do negócio e a persistência de práticas informais dificultam a procura por financiamento legítimo. Observa-se que, embora surjam soluções tecnológicas como as FinTechs para democratizar o acesso ao capital, a sua eficácia em contextos africanos ainda é heterogénea, exigindo que o sistema bancário tradicional se reinvente para não deixar as MPME à margem do progresso. Este conjunto de evidências indica não apenas que o acesso ao crédito formal e aos serviços bancários é importante, mas também que sua eficácia depende de como estes produtos são desenhados e reguladas taxas de juro, garantias, maturidade da dívida, mecanismos de avaliação de risco, estrutura institucional e de regulação.

Situação Problemática

O ponto de partida para compreender a dinâmica empresarial nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio reside na observação de um ciclo de estagnação que afecta a maioria das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). Embora estas organizações possuam um potencial intrínseco para dinamizar a economia local, elas enfrentam uma barreira estrutural que impede a sua transição de unidades de subsistência para empresas de crescimento escalável. A escassez de capital próprio e a limitação das receitas operacionais criam um teto de vidro que estas empresas raramente conseguem quebrar sozinhas.

De acordo com Banco Nacional de Angola (BNA, 2021), mais de 60% das MPME angolanas enfrentam dificuldades para obter financiamento formal, devido a factores como elevadas exigências de garantias, taxas de juros altas, burocracia e falta de histórico de crédito. Essa limitação no acesso aos serviços bancários compromete a capacidade dessas empresas de crescerem e contribuírem de forma efectiva para o desenvolvimento económico local. Neste cenário de asfixia financeira, o crédito bancário surge não apenas como um instrumento financeiro, mas como uma autêntica "terapia" para a revitalização do sector privado. Tal como um tratamento clínico, o financiamento tem o condão de injectar a liquidez necessária para curar as deficiências de investimento em ativos, modernizar processos e expandir a capacidade de resposta ao mercado. Contudo, a aplicação desta "terapia" é severamente limitada pela assimetria de informação entre bancos e empresários, altas taxas de juro e exigências de garantias que a realidade local não consegue satisfazer, tornando o remédio inacessível para quem mais necessita dele. Com base na situação descrita, a presente investigação busca responder à seguinte questão científica:

De que maneira o acesso ao crédito bancário actua como catalisador no processo de crescimento e sustentabilidade das MPME nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio?

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Hipóteses

Hipótese Nula (H_0): O acesso ao crédito bancário não tem influência significativa no crescimento das micro, pequenas e médias empresas (MPME) nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio.

Hipótese Alternativa (H_1): O acesso ao crédito bancário exerce uma influência positiva e significativa no crescimento das MPME, sendo que a sua concessão adequada permite o aumento do volume de vendas, a expansão do quadro de pessoal e a melhoria da produtividade organizacional.

Objectivos da Pesquisa

Investigar a importância do acesso ao crédito para o crescimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio. Mais especificamente, pretende-se efectuar a revisão bibliográfica sobre produtos financeiros comercializado nas instituições financeiras e crescimento das pequenas e médias empresas, analisar a percepção dos gestores e proprietários das MPME sobre o impacto do financiamento bancário no desenvolvimento das suas actividades comerciais e identificar os principais critérios e exigências estabelecidos pelas instituições bancárias locais para a concessão de crédito ao sector empresarial.

O estudo que se apresenta, limitou-se ao contexto de acesso ao crédito bancário e sua importância para o crescimento das micro, pequenas e médias empresas e delimitou-se ao Banco Atlântico como instituição de análise principal, nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio. A escolha do Banco Atlântico justifica-se pela sua relevância no sistema financeiro angolano e pela sua presença activa na província de Cabinda, com agências em dois dos 3 municípios considerados neste estudo. Além disso, esta instituição destaca-se pela oferta de produtos de crédito empresarial voltados especificamente para o segmento das micro, pequenas e médias empresas (MPME), o que se alinha directamente ao objectivo da pesquisa.

REVISÃO TEÓRICA

A revisão teórica deste estudo centra-se em apresentar e discutir os principais conceitos relacionados ao crédito bancário, aos produtos e serviços financeiros e ao papel das MPME no desenvolvimento local. São abordados os conceitos, políticas e teorias que explicam o funcionamento do sistema de crédito e a sua influência sobre o crescimento empresarial. O

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

capítulo examina o enquadramento das MPME em Angola, os critérios de concessão de crédito, as barreiras de acesso e os efeitos do crédito sobre o desempenho empresarial, oferecendo assim uma base sólida para a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes.

Enquadramento conceitual das MPME

Segundo Santos e Ribeiro (2020, p. 45), as MPME representam a espinha dorsal do tecido empresarial, respondendo por uma parcela significativa do emprego e da produção em diversos países.

De modo convergente, Mendes (2021, p. 88) salienta que o dinamismo das pequenas unidades produtivas favorece a diversificação económica e contribui para a redução das desigualdades regionais. Contudo, apesar do consenso quanto à sua importância, o conceito de MPME apresenta variações conforme o contexto económico e o enquadramento jurídico de cada país. A literatura contemporânea reconhece que as MPME enfrentam múltiplos desafios estruturais, como limitações tecnológicas, baixa qualificação dos gestores e, sobretudo, escasso acesso ao crédito formal.

Definição e classificação das MPME

A definição de micro, pequenas e médias empresas (MPME) varia de país para país, reflectindo diferenças estruturais e económicas. De acordo com Carvalho e Almeida (2018, p. 56), a classificação das MPME em Angola segue critérios legais estabelecidos pela Lei n.º 30/11, que considera o número de trabalhadores, o volume anual de negócios e o valor dos ativos totais. Esse enquadramento visa permitir um tratamento diferenciado a essas empresas, especialmente no acesso ao crédito e a incentivos fiscais. A classificação das empresas em Angola pode ser feita com base em diversos critérios, como tamanho, forma jurídica, sector de actividade, e propriedade. A seguir, apresento as principais formas de classificação usadas no país:

a) Quanto ao tamanho

Essa classificação segue normalmente os critérios definidos pelo INAPEM (Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas), baseando-se no número de empregados, volume de negócios anual e total de ativos (DECRETO PRESIDENCIAL N.º 98/20, DE 9 DE ABRIL).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Quadro 1. Classificação de empresas quanto ao tamanho

CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS QUANTO AO TAMANHO		
Tipo de Empresa	**Nº de Empregados**	**Volume de Negócios (AKZ/ano) Ativo Total (AKZ)**
Microempresa	1 a 10	Até 10 milhões
Pequena empresa	11 a 30	10 a 100 milhões
Média empresa	31 a 100	100 milhões a 1 bilião
Grande empresa	> 100	Mais de 1 bilião

Fonte: INAPEM (Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de abril).

b) Quanto à Forma Jurídica

Conforme o regime jurídico angolano (Lei das Sociedades Comerciais – Lei n.º 1/04), as empresas podem ser classificadas como:

Quadro 2. Formas jurídicas das Empresas em Angola: Sigla características principais

FORMAS JURÍDICAS DAS EMPRESAS EM ANGOLA: SIGLA CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS		
FORMA JURIDICA	SIGLA	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
Empresário em Nome Individual	ENI	Pessoa singular, responsabilidade ilimitada
Sociedade por Quotas	Lda	Mínimo 2 sócios, responsabilidade limitada ao capital
Sociedade Unipessoal por Quotas	SUQ	Um único sócio, capital mínimo de 1 AKZ
Sociedade Anónima	SA	Mínimo 5 acionistas, capital social elevado
Sociedade em Nome Colectivo	SNC	Sócios respondem ilimitadamente pelas dívidas
Cooperativas	-	Organização coletiva com objectivos sociais e económicos

Fonte: INAPEM (Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de abril).

c) Quanto ao sector de actividade

De acordo com Silva e Chilala (2021), as empresas também podem ser agrupadas segundo o sector económico em que actuam:

- Primário: Agricultura, pesca, mineração;
- Secundário: Indústria transformadora, construção;
- Terciário: Comércio, serviços financeiros, telecomunicações, turismo, educação, saúde; etc.

Importância das MPME para a economia

Segundo Mendes (2021, p. 88), as pequenas empresas são fundamentais para a diversificação produtiva, pois actuam em sectores que muitas vezes não atraem grandes

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

investidores. Essa descentralização da actividade económica contribui para reduzir as desigualdades regionais e fortalecer o tecido social.

O papel das MPME vai além da mera geração de renda; trata-se de um vector de transformação estrutural e social. A literatura evidencia que investir na consolidação dessas empresas é investir no desenvolvimento equilibrado e duradouro de Angola, sobretudo em regiões como Cabinda, Liambo e Ngoio, onde o crédito bancário pode ser o catalisador do progresso económico.

Características das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)

De acordo com Burns (2016, p. 45), as MPME são geralmente caracterizadas por uma estrutura organizacional simples, com níveis hierárquicos reduzidos, o que permite maior flexibilidade na tomada de decisões. Esta simplicidade estrutural facilita a adaptação rápida às mudanças do mercado, porém, pode também resultar em fragilidades ao nível do controlo interno e da formalização dos processos.

As características das MPME evidenciam um equilíbrio entre fragilidades e potencialidades. Se, por um lado, enfrentam limitações estruturais, financeiras e tecnológicas, por outro, destacam-se pela flexibilidade, proximidade ao mercado e capacidade de adaptação.
Desafios e limitações enfrentados pelas MPME

Um dos principais desafios das MPME está relacionado com o acesso limitado ao financiamento. De acordo com Demirgüç-Kunt et al. (2006, p. 294), as pequenas empresas enfrentam maiores restrições financeiras em comparação com as grandes organizações, devido à falta de garantias, histórico de crédito insuficiente e maior perceção de risco por parte das instituições financeiras. Esta limitação compromete a capacidade de investimento, expansão e inovação das empresas.

A instabilidade económica e volatilidade de preços representa uma limitação significativa. Conforme salienta Taleb (2007, p. 27), ambientes caracterizados por incerteza e choques económicos afetam mais intensamente organizações com menor capacidade de absorção de riscos, como é o caso das MPME. Assim, os desafios e limitações enfrentados pelas MPME são multidimensionais, envolvendo aspetos financeiros, institucionais, tecnológicos e humanos. A compreensão destes obstáculos é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão, bem como para a formulação de políticas públicas que promovam o crescimento e a sustentabilidade deste importante segmento empresarial.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Crédito bancário

O crédito, no contexto bancário, é simultaneamente um produto financeiro e um serviço essencial oferecido pelas instituições de intermediação monetária. A sua natureza dual deriva do facto de o crédito envolver tanto a disponibilização de recursos financeiros ao cliente, mediante uma relação contratual, quanto a prestação de um serviço de gestão de risco e de confiança.

Segundo Pereira e Santos (2020, p. 41), o crédito é o produto bancário que mais traduz a função social e económica do sistema financeiro, pois materializa a transferência de recursos de unidades superavitárias para unidades deficitárias, estimulando o investimento e o consumo.

Quadro 3. Diferença entre produtos e serviços bancários

DIFERENÇA ENTRE PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS		
CRITÉRIO	PRODUTOS BANCÁRIOS	SERVIÇOS BANCÁRIOS
Definição	São bens financeiros "vendidos" pelos bancos, com contrato e retorno financeiro.	São actividades oferecidas para facilitar transações ou acessos.
Exemplos	Crédito pessoal, crédito hipotecário, depósitos a prazo, cartões de crédito e débito, contas à ordem, ATM, TPA ou POS.	Transferências, consulta de saldo, pagamento de contas, câmbio, gestão de contas.
Remuneração	Gera receita com juros, comissões ou margem financeira.	Pode ter custo fixo, taxa de serviço ou ser gratuito.
Relação com o cliente	Mais duradoura e contratual	Geralmente pontual e imediata.

Fonte: BNA (2021).

Conceito e características do crédito bancário

O crédito bancário constitui uma das formas mais tradicionais e relevantes de intermediação financeira, sendo fundamental para o funcionamento do sistema económico contemporâneo. De acordo com Pereira e Almeida (2019, p. 74), o crédito bancário pode ser definido como a operação pela qual uma instituição financeira disponibiliza determinado montante de recursos a um cliente, seja ele particular ou empresa, mediante um contrato que estabelece prazos, garantias e custos financeiros, sobretudo os juros. Nesse sentido, o crédito representa não apenas uma transação monetária, mas uma relação de confiança e de compromisso entre o banco e o tomador.

Entre as principais características do crédito bancário, destacam-se:

1. Temporalidade, ou seja, a existência de um prazo definido para o pagamento;
2. Onerosidade, que se traduz na cobrança de juros e comissões;
3. Fidúcia, baseada na confiança entre credor e devedor;

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4. Garantia, que visa assegurar o cumprimento do contrato; e
5. Finalidade económica, voltada para o investimento, consumo ou capital de giro.

Tipos de crédito bancário oferecidos às empresas

O crédito bancário direcionado às empresas assume diferentes modalidades, adaptadas às necessidades de financiamento, prazos e características de cada sector produtivo. Segundo Carvalho e Mendes (2020, p. 61), a diversidade dos produtos de crédito representa uma resposta estratégica do sistema financeiro à complexidade das actividades empresariais e às exigências de capital de curto, médio e longo prazos. Essa segmentação permite que micro, pequenas e médias empresas (MPME) escolham a modalidade que melhor se ajusta à sua estrutura operacional e capacidade de pagamento.

De acordo com Pereira e Costa (2022, p. 79), as principais modalidades de crédito empresarial incluem:

1. O crédito de curto prazo (para capital de giro e necessidades sazonais);
2. O crédito de médio e longo prazo (para investimento e expansão):
3. O leasing, o factoring e o microcrédito produtivo.

Quadro 4. Classificação de crédito para empresas em angola (quanto à finalidade e tipologia)

CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO PARA EMPRESAS EM ANGOLA (QUANTO À FINALIDADE E TIPOLOGIA)			
FINALIDADE DO CRÉDITO	TIPOLOGIA NO CONTEXTO ANGOLANO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIAS
Capital de Giro	Crédito de curto prazo (conta corrente caucionada, adiantamento sobre facturas)	Suporte para despesas operacionais diárias (salários, fornecedores, encargos sociais etc.)	BNA (2023); Assaf Neto (2016)
Investimento Fixo e Infraestruturas	Crédito de médio e longo prazo / Leasing / Financiamento de Equipamentos	Aquisição de ativos fixos: maquinaria, instalações, sistemas tecnológicos e veículos.	BDA (2022); Silva (2018); INAPEM (2021)
Expansão de Actividade	Crédito de Expansão / Crédito PME / Linhas de Fomento Produtivo	Apoio à ampliação de negócios, aumento de capacidade produtiva, abertura de novas unidades.	Gitman (2015); PRODESI (2021)
Inovação e Desenvolvimento Tecnológico	Linhas especiais de apoio à inovação / Financiamento digital	Financiamento de soluções tecnológicas, automação e processos digitais.	Tavares & Silva (2020); BDA (2022)

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Exportação e Importação	Crédito à exportação / Carta de crédito / Cobertura cambial	Apoio a operações de comércio internacional (exportação de café, diamantes, peixe, etc.).	BNA (2023); Assaf Neto (2016)
Crédito Agrícola e Agroindustrial	Crédito Agrícola de Campanha / Crédito ao Agronegócio	Apoio à produção agrícola e cadeias agroindustriais (sementes, irrigação, colheita).	BDA (2022); MINAGRIP (2021); Ross et al. (2014)
Crédito Sustentável e ESG	Financiamento Verde / Linhas para energias renováveis / Gestão ambiental	Projetos com impacto ecológico positivo: energia solar, reciclagem, agricultura sustentável.	Silva (2018); BNA (2023); PRODESI (2021)
Reestruturação de Dívidas	Refinanciamento empresarial / Crédito consolidado para empresas	Reorganização de passivos, prolongamento de prazos e redução de juros.	Silva (2018); Gitman (2015)
Sectorial e Estratégico	Programas de financiamento setorial (indústria, pescas, turismo, construção)	Apoio diferenciado conforme o setor considerado prioritário pelo governo.	PRODESI (2021); INAPEM (2021)

Fonte: BNA (2023).

Natureza, função e importância do crédito bancário

O crédito bancário caracteriza-se pela confiança depositada pelo credor no devedor, com base na expectativa de cumprimento das obrigações futuras. Santos e Ribeiro (2020, p. 52) afirmam que essa confiança é o elemento essencial que sustenta o sistema financeiro e garante o fluxo contínuo de capitais. Em termos económicos, o crédito permite a antecipação do consumo e do investimento, o que estimula a produção e o emprego.

A natureza e função do crédito bancário residem no equilíbrio entre confiança, responsabilidade e intermediação. O crédito é o elo que conecta o capital excedente ao capital produtivo, tornando-se o combustível do desenvolvimento empresarial e social, especialmente em economias emergentes como Angola.

Critérios e Políticas de Concessão de Crédito Bancário pelas Instituições Financeiras

A concessão de crédito constitui uma das actividades centrais das instituições financeiras e requer políticas criteriosas de gestão do risco. Segundo Ferreira e Santos (2021, p. 73), as políticas de crédito são conjuntos de directrizes e procedimentos estabelecidos pelos bancos para orientar a análise, a aprovação e o acompanhamento das operações de financiamento. O seu principal objectivo é equilibrar a rentabilidade e a segurança, reduzindo a probabilidade de inadimplência e assegurando a sustentabilidade das operações.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Entre os principais critérios de análise de crédito, destacam-se os tradicionalmente conhecidos “5 Cs do crédito”: carácter, capacidade, capital, colateral e condições. Segundo Silva e Monteiro (2020, p. 85), esses elementos representam os pilares fundamentais da avaliação de risco de um cliente. O carácter refere-se à reputação e histórico de pagamento do tomador; a capacidade diz respeito à sua habilidade de gerar rendimentos suficientes para liquidar a dívida; o capital analisa a estrutura patrimonial e financeira; o colateral envolve as garantias oferecidas; e as condições relacionam-se ao contexto económico e sectorial em que o cliente opera.

Quadro 5. Modalidades de crédito bancário para MPME em Angola

MODALIDADES DE CRÉDITO BANCÁRIO PARA PME EM ANGOLA			
MODALIDADE DE CRÉDITO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS BANCOS ENVOLVENTES	REFERÊNCIA AUTOR / INSTITUCIONAL
Crédito de Tesouraria / Capital de Giro	Financiamento de curto prazo para despesas correntes: salários, matérias-primas, fornecedores.	BAI, BFA, BIC, BPC, BMA	Assaf Neto (2016); BNA (2023)
Crédito de Investimento Fixo	Financiamento de médio/longo prazo para aquisição de ativos: máquinas, equipamentos, infraestruturas.	BDA, BPC, BAI, BCI, BMA	Silva (2018); BDA (2022); INAPEM (2021)
Crédito Agrícola de Campanha	Crédito sazonal para actividades agrícolas, principalmente de pequenas explorações e cooperativas.	BDA, BPC, Banco Sol	MINAGRIP (2021); PRODESI (2021)
Crédito PRODESI / PAC	Linhas bonificadas com juros reduzidos para setores produtivos estratégicos (agropecuária, pescas etc.)	BAI, BIC, BPC, BDA, BMA	PRODESI (2021); BNA (2023); Gitman (2015)
Microcrédito (baixo valor)	Crédito de pequeno valor para negócios informais e formais com baixa capacidade financeira.	Kixi Crédito, BMF, Banco YETU, BFA	INAPEM (2021); Ross et al. (2014); Kixi Crédito (2021)
Leasing / Arrendamento mercantil	Arrendamento de equipamentos, veículos e ativos com opção de compra ao fim do contrato.	BAI Leasing, BPC Imobiliária, BMA	Assaf Neto (2016); Silva (2018); BAI (2022)
Factoring (antecipação de recebíveis)	Venda de faturas ou duplicatas para obtenção imediata de liquidez.	BFA, BAI, Banco Económico	Gitman (2015); BFA Empresas (2023)
Crédito à Exportação / Importação	Financiamento para operações de comércio internacional, com apoio cambial e garantias.	BAI, BFA, BCI, BIC, BMA	BNA (2023); Assaf Neto (2016)

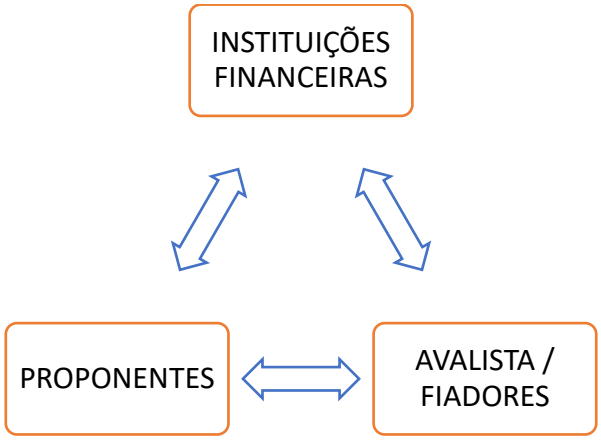
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Crédito com Garantia Parcial do Estado (FGO)	Linhas de crédito em que o Estado assume parte do risco, facilitando o acesso de PME ao crédito bancário.	BAI, BPC, BIC, Fundo de Garantia (FGO), BMA	BNA (2023); INAPEM (2021); Silva (2018)

Fonte: Elaboração própria com base aos dados do BNA (2023), INAPEM (2021) e Silva (2018).

Todo processo de concessão de crédito envolve Três (3) intervenientes principais: Instituição Financeira; Proponente e Avalista ou Fiador conforme ilustra figura abaixo.

Figura 1. Intervenientes no processo de concessão de crédito bancário



Fonte: Assaf (2016).

A Figura 1 ilustra de maneira esquemática os três intervenientes fundamentais no processo de crédito: a instituição financeira, o proponente (cliente) e o avalista ou fiador.

Quadro 6. Diferenças essenciais entre fiador e avalista

DIFERENÇA ENTRE FIADOR vs AVALISTA		
CRITÉRIO	**FIADOR**	**AVALISTA**
APLICA-SE:	Contratos de crédito em geral (ex.: empréstimos bancários, contratos de arrendamento)	Títulos de crédito (ex.: nota promissória, letra de câmbio, livrança)
TIPO DE GARANTIA FIANÇA	Acessória e pessoal	Aval — também garantia pessoal, mas com regras próprias
RESPONSABILIDADE LEGAL	Geralmente subsidiária, salvo se houver cláusula solidária	Quase sempre solidária e imediata (sem benefício de ordem)
REQUISITOS FORMAIS	Deve constar em contrato específico de crédito ou fiança	Deve estar escrita diretamente no título de crédito

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BENEFÍCIO DE ORDEM	Pode exigir que o banco cobre primeiro do devedor	Não pode exigir — responde como se fosse o devedor principal
REGULAMENTAÇÃO COMUM	Código Civil (fiança)	Lei Cambiária / Código Comercial (avais em títulos de crédito)

Fonte: Assaf (2016).

Acesso ao crédito bancário e inclusão financeira

O acesso ao crédito constitui um elemento fundamental da inclusão financeira, conceito que envolve a disponibilização de produtos e serviços financeiros adequados, acessíveis e sustentáveis para todos os segmentos da população. Segundo Demirgüç-Kunt et al. (2018, p. 23), a inclusão financeira é uma condição indispensável para o desenvolvimento económico e social, pois permite que indivíduos e empresas participem plenamente das actividades produtivas e reduzam a vulnerabilidade económica.

Determinantes do acesso ao crédito

Os determinantes do acesso ao crédito representam o conjunto de factores que influenciam a capacidade das empresas de obter financiamento no sistema bancário. De acordo com Pereira e Gomes (2019, p. 112), esses factores podem ser classificados em internos e externos. Os factores internos dizem respeito às características da empresa, como o histórico financeiro, o nível de capitalização, o porte e o tempo de existência; enquanto os factores externos envolvem o ambiente institucional, a política monetária, a estabilidade macroeconómica e o grau de competitividade bancária.

Quadro 7. Circuito de validação no processo de concessão de crédito bancário

CIRCUITO DE VALIDAÇÃO NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO		
ETAPA	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA / AUTOR
1. Solicitação do crédito	Cliente apresenta proposta de financiamento e documentação (balanços, planos de negócio etc.)	Gitman (2015); Silva (2018)
2. Análise de viabilidade	Avaliação do perfil financeiro, capacidade de pagamento e análise de garantias.	Ross et al. (2014); BNA (2023)
3. Avaliação de risco (rating)	O banco atribui um rating de risco com base nos dados financeiros, históricos e mercado.	BNA (2023); Assaf Neto (2016)
4. Parecer técnico e jurídico	Análise documental e legal da proposta e garantias.	Silva (2018); Banco KEVE (2022)

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

5. Decisão do comitê de crédito	Comitê interno aprova ou rejeita o crédito com base nos pareceres emitidos.	Gitman (2015); BAI (2023)
6. Comunicação ao cliente	O cliente é informado sobre a decisão e os termos do crédito.	BPC (2022); INAPEM (2021)
7. Formalização e desembolso	Assinatura do contrato, constituição de garantias e liberação do montante.	PRODESI (2021); BDA (2022)
8. Monitoramento e cobrança	Acompanhamento pós-desembolso, reembolso e eventuais renegociações.	Assaf Neto (2016); Ross et al. (2014)

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 7 descreve, de forma sequencial, as etapas de validação interna de um pedido de crédito dentro das instituições financeiras, desde a solicitação até o monitoramento pós-desembolso.

- Barreiras Financeiras e Institucionais Enfrentadas pelas MPME: as MPME enfrentam um conjunto de barreiras que limitam o seu acesso ao crédito e comprometem sua inclusão no sistema financeiro. Segundo Lopes e Andrade (2020, p. 76), as principais barreiras são de natureza financeira, documental e institucional. As barreiras financeiras referem-se às elevadas taxas de juros e às exigências de garantias; as documentais dizem respeito à falta de contabilidade organizada e formalização jurídica; e as institucionais decorrem da ausência de políticas públicas eficazes de apoio às pequenas empresas.
- O Papel das Instituições Bancárias na Inclusão Financeira: as instituições bancárias desempenham papel estratégico na promoção da inclusão financeira, ao disponibilizarem produtos e serviços que ampliam o acesso ao crédito e fortalecem a actividade empresarial.
- Inclusão Financeira: a inclusão financeira refere-se ao acesso e uso efectivo de serviços financeiros formais por parte de indivíduos e empresas, especialmente aqueles tradicionalmente excluídos do sistema bancário.
- Crédito Empresarial: o crédito empresarial consiste na disponibilização de recursos financeiros às empresas com o objectivo de financiar actividades produtivas, como capital de giro, investimento e expansão.

Riscos e garantias associadas ao crédito empresarial

O crédito empresarial envolve inevitavelmente um conjunto de riscos financeiros, que se manifestam em diferentes fases da relação entre a instituição bancária e o cliente. Segundo Mendes e Ferreira (2019, p. 64), o risco de crédito é a possibilidade de o tomador não cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, comprometendo a rentabilidade e a solvência

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

da instituição financeira. Esse tipo de risco é considerado o mais relevante dentro das operações bancárias, pois afecta directamente a liquidez e o equilíbrio patrimonial dos bancos.

Sistema bancário e financiamento empresarial

O sistema bancário exerce um papel crucial na intermediação financeira, actuando como ponte entre os agentes detentores de recursos excedentes e aqueles que necessitam de capital para investir.

Segundo Ferreira e Costa (2022, p. 82), a principal função do sistema bancário é mobilizar poupanças e canalizá-las para sectores produtivos, assegurando a fluidez do crédito e o equilíbrio macroeconómico

Estrutura do Sistema Bancário em Angola

O sistema bancário angolano passou, nas últimas décadas, por um processo de modernização e expansão. Segundo o Banco Nacional de Angola (BNA, 2022, p. 11), actualmente o país conta com uma rede diversificada de bancos comerciais, instituições de microfinanças e cooperativas de crédito, responsáveis pela captação de depósitos e pela concessão de empréstimos a diferentes segmentos da economia.

Quadro 8. Principais tipos de instituições bancárias

PRINCIPAIS TIPOS DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	
TIPO DE INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO PRINCIPAL
Bancos Comerciais	Intermediação entre poupadores e tomadores de crédito
Bancos de Poupança e Habitação	Foco em crédito imobiliário;
Bancos de Investimento	Apoio a grandes empresas e mercado de capitais
Bancos Centrais	Política monetária, emissão de moeda, supervisão do sistema bancário
Cooperativas de Crédito	Serviços bancários a membros associados

Fonte: Elaboração própria.

Relação entre o sistema bancário e o sector empresarial

A relação entre o sistema bancário e o sector empresarial é de interdependência. Conforme Chiavenato (2021, p. 139), os bancos dependem das empresas como clientes e investidores, enquanto as empresas dependem do sistema bancário para acessar financiamento, gerir liquidez e expandir operações. Essa relação é, portanto, essencial para o crescimento equilibrado da economia.

A relação entre o sistema bancário e o sector empresarial deve basear-se em confiança e reciprocidade. Um sistema financeiro moderno e flexível, aliado a empresas bem estruturadas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e informadas, constitui o alicerce do crescimento económico sustentável, especialmente em contextos emergentes como o angolano.

Instrumentos de financiamento às MPME

Os instrumentos de financiamento são as ferramentas que possibilitam às MPME obter recursos para investimento e operação. Segundo Ferreira e Costa (2022, p. 84), esses instrumentos incluem linhas de crédito, leasing, factoring, microcrédito e garantias de crédito, cada um com características específicas quanto a prazo, custo e finalidade.

Os instrumentos de financiamento são essenciais para garantir a sustentabilidade das MPME, mas sua eficácia depende de políticas de divulgação, capacitação e acompanhamento técnico.

Barreiras ao acesso ao crédito bancário

O acesso ao crédito bancário pelas MPME enfrenta múltiplos obstáculos de natureza económica, institucional e cultural. Rodrigues e Martins (2021, p. 75) identificam entre as principais barreiras a falta de garantias reais, a informalidade das empresas, a burocracia e as elevadas taxas de juros. Esses factores criam um ambiente restritivo, que impede o florescimento do sector produtivo.

Acesso ao crédito bancário e crescimento das MPME

O acesso ao crédito é um factor determinante para o crescimento e a consolidação das micro, pequenas e médias empresas (MPME), uma vez que influencia directamente a capacidade produtiva, a inovação e a sustentabilidade financeira. Santos e Pereira (2021, p. 64) afirmam que o crédito representa o oxigénio do sector empresarial, sendo o principal instrumento de financiamento de capital de giro e de investimento. Lopes e Almeida (2020, p. 39) complementam que, sem mecanismos financeiros acessíveis, as pequenas empresas ficam vulneráveis à estagnação e à informalidade.

Crédito bancário como instrumento de desenvolvimento empresarial

O crédito não é apenas uma ferramenta de financiamento, mas também um mecanismo de desenvolvimento empresarial e social. Ferreira e Costa (2021, p. 101) destacam que o crédito possibilita às MPME expandirem sua capacidade produtiva, adoptarem novas tecnologias e investirem na qualificação de seus trabalhadores.

Impacto do crédito bancário no desempenho e crescimento das MPME

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A análise do impacto do crédito bancário no ecossistema das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) é um tema central nas finanças corporativas, particularmente no que concerne à teoria da agência e às restrições de liquidez. O crédito não é apenas um recurso financeiro adicional; ele configura-se como um instrumento de política económica institucional que permite às empresas mitigar as assimetrias de informação e superar a barreira do autofinanciamento insuficiente.

O crédito bancário nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio deve ser compreendido como uma "terapia" indispensável para a saúde financeira das MPME. Ele atua não apenas na escala de produção e no volume de vendas, mas também na capacidade destas organizações em gerar emprego e contribuir para a diversificação económica da província, validando a premissa de que a robustez do setor bancário é indissociável da prosperidade do setor empresarial privado.

Políticas de incentivo ao crédito bancário e sustentabilidade das MPME

As políticas de incentivo ao crédito representam um instrumento estratégico para o fortalecimento das MPME e o estímulo à economia local. Pereira e Lima (2021, p. 88) ressaltam que programas públicos de microfinanças e garantias de crédito são fundamentais para reduzir o risco bancário e ampliar o acesso ao financiamento.

Experiência Nacional e Internacional sobre o acesso ao crédito bancário e a inclusão financeira das micro, pequenas e médias empresas (MPME)

O acesso ao crédito e a inclusão financeira das micro, pequenas e médias empresas (MPME) constituem temas centrais no debate sobre desenvolvimento económico, sobretudo em economias emergentes. A literatura evidencia que o financiamento adequado é um factor determinante para a sobrevivência, crescimento e competitividade das empresas, sendo particularmente relevante para as MPME, que enfrentam maiores restrições de capital.

a) Experiência Nacional (Angola)

Em 2018, o Governo de Angola lançou o Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e o Programa de Fomento da Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), ambos voltados para a criação de uma base produtiva diversificada. Segundo Ministério da Economia e Planeamento (MEP, 2021, p. 37), o PRODESI tem actuado como principal instrumento de dinamização do crédito, promovendo a ligação entre bancos comerciais, empresários e o Estado, através de linhas de financiamento preferenciais e fundos de garantia parcial.

b) Experiência Internacional

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A nível internacional, a literatura demonstra que o acesso ao crédito e a inclusão financeira são determinantes para o crescimento das MPME e para o desenvolvimento económico dos países. Países como Quénia, Nigéria e África do Sul são frequentemente citados como exemplos de sucesso na promoção da inclusão financeira. Nestes contextos, soluções digitais como o mobile banking e o crédito instantâneo têm permitido que pequenas empresas acedam a financiamento de forma mais rápida e com menos burocracia.

No Brasil, o fortalecimento das MPME foi impulsionado por políticas públicas de crédito direcionado. Carvalho e Domingos (2022, p. 112) destacam o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) e do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (PRONAMPE), que reduziram as taxas de juros e ampliaram o prazo de pagamento para incentivar o investimento produtivo. O Brasil também avançou na criação de correspondentes bancários, que estenderam a presença do sistema financeiro a regiões menos favorecidas.

Em Portugal, segundo Silva e Mendes (2023, p. 74), a política de apoio às MPME é estruturada em torno de três eixos: acesso ao financiamento, inovação tecnológica e internacionalização. O Estado actua como facilitador, através de incentivos fiscais e programas de cofinanciamento com o sector privado, promovendo a modernização das empresas e a sua integração nos mercados externos. Essas experiências demonstram que o acesso ao crédito e a inclusão financeira não dependem exclusivamente da oferta bancária, mas sim de um ecossistema institucional integrado, que inclui bancos públicos, agências de desenvolvimento, cooperativas de crédito e plataformas digitais.

MATERIAL E MÉTODOS

Escolha metodológica

A escolha metodológica deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender e medir a relação entre o acesso ao crédito bancário e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas (MPME) nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio. Tal relação envolve tanto dimensões quantitativas, como número de créditos obtidos, montantes financiados e evolução do volume de negócios, quanto aspectos qualitativos, como percepções, barreiras e políticas de acesso.

O presente estudo segue uma metodologia hipotético-dedutiva, descritiva e explicativa, de abordagem quantitativa com suporte qualitativo, estruturada sobre o levantamento de dados primários (questionários e entrevistas) e secundários (documentos do Banco Nacional de Angola, relatórios do INAPEM e programas de crédito público). Essa escolha assegura robustez científica

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e permite que as conclusões sobre o impacto do crédito bancário no crescimento das MPME se sustentem em evidências empíricas consistentes e comparáveis.

Operacionalização das variáveis

A operacionalização das variáveis consiste em transformar conceitos abstractos em indicadores observáveis e mensuráveis, permitindo a sua quantificação e análise empírica. Segundo Gil (2019, p. 121), operacionalizar variáveis é o processo de definir em termos empíricos o que será medido, de modo a estabelecer correspondência entre conceitos teóricos e dados concretos obtidos na pesquisa.

Neste estudo, foram consideradas duas variáveis principais:

- Variável independente (X): Acesso ao crédito bancário;
- Variável dependente (Y): Crescimento das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

Tabela 1. Operacionalização das variáveis do estudo

Tipo de Variável	Designação	Dimensões	Indicadores Operacionais
Independente (X)	Acesso ao crédito bancário	- Disponibilidade de produtos e serviços; - Condições de acesso ao crédito; - Celeridade dos processos; - Custos e taxas aplicadas; - Apoio e acompanhamento do banco.	- Tipos de produtos de crédito utilizados (curto, médio e longo prazo); - Facilidade de acesso (requisitos e garantias); - Tempo médio de aprovação; - Taxas de juro e encargos; - Nível de satisfação com o atendimento bancário.
Dependente (Y)	Crescimento das MPME	- Expansão económica; - Desenvolvimento organizacional; - Empregabilidade e investimento.	- Aumento do volume de vendas; - Crescimento do número de empregados; - Abertura de novas filiais; - Aumento do investimento em capital fixo; - Percepção de melhoria nos resultados financeiros.
Variável de Controle	Características empresariais	- Perfil do empreendedor; - Sector de actividade;	- Idade da empresa; - Número de funcionários;

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

		- Tempo de existência da empresa.	- Natureza jurídica; - Sector económico.

Fonte: Elaboração própria do autor, com base em Gil (2019), Lakatos & Marconi (2018) e Prodanov & Freitas (2021).

Métodos e técnicas de recolha de dados

A presente investigação recorreu a distintos tipos de pesquisa, designadamente a bibliográfica, a descritiva e a exploratória, de modo a assegurar uma abordagem abrangente e fundamentada do objecto de estudo. Como método de abordagem, foi adoptado o método hipotético-dedutivo, dada a sua adequação à formulação e verificação de hipóteses. No que respeita aos métodos de procedimento, optou-se pelo método estatístico, por permitir uma análise rigorosa e objectiva dos dados recolhidos.

As técnicas de recolha de dados contemplaram a análise documental, entrevista semiestruturada e a aplicação de questionário estruturado, assegurando a triangulação das fontes e a robustez da informação obtida. Para o tratamento e análise dos dados, foram utilizados o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e ferramentas estatísticas do Microsoft Excel, o que possibilitou a verificação da consistência e da normalidade dos dados, a realização de testes de hipótese.

População e amostra

A população deste estudo é constituída por 122 empresas e cooperativas formais que foram beneficiadas com crédito até maio de 2025, configurando um universo finito, fechado e integralmente conhecido, cuja selecção considera exclusivamente entidades com vínculo documental efectivo ao programa de financiamento, excluindo agentes informais sem registo bancário ou pedidos não concretizados dentro do período de referência. Essas unidades produtivas distribuem-se por quatro domínios económicos distintos: Agroindústria e Pescas; Comércio e Distribuição; Indústria e Recursos Minerais e Petróleo, reflectindo a diversidade da actividade empresarial apoiada e permitindo que a investigação capture o impacto do crédito em sectores com dinâmicas diferenciadas de produção e mercado. A definição desta população, composta apenas por empresas legalmente constituídas e com relações de crédito activas, assegura coerência metodológica ao objectivo do estudo, uma vez que possibilita avaliar o contributo do financiamento formal para o fortalecimento económico e a sustentabilidade dos negócios, ao mesmo tempo em que justifica a futura opção por amostragem probabilística estratificada proporcional, garantindo representação adequada de cada domínio e aplicação da correcção para população finita no cálculo do tamanho amostral.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No presente estudo, optou-se pela amostragem probabilística por permitir maior representatividade das empresas/cooperativas beneficiadas pelo crédito bancário, assegurando a validade estatística dos resultados obtidos. Além disso, este método é adequado quando a população é conhecida e limitada, como no caso das 122 empresas/cooperativas em análise. Para a determinação do tamanho da amostra, utilizou-se a fórmula para população finita, por ser apropriada quando o universo da pesquisa possui número reduzido e conhecido de elementos. A fórmula permite calcular uma amostra representativa considerando o nível de confiança, a margem de erro admitida e a proporção esperada do fenómeno estudado. Logo, a amostra passa a ser: 93 empresas/cooperativas beneficiadas de crédito bancário. em Cabinda.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados analisados resultam da aplicação de instrumentos de recolha de informação dirigidos aos proprietários e gestores das MPME, permitindo captar percepções, práticas e experiências relacionadas com o financiamento bancário. A abordagem adoptada possibilita não apenas a descrição dos resultados, mas também a sua interpretação crítica, à luz da fundamentação teórica apresentada no Capítulo I.

Estatísticas de confiabilidade

Tabela 2. Confiabilidade do instrumento

Alfa de Cronbach	N de itens
.742	36

Fonte: SPSS.

O valor do Alfa de Cronbach (0,742) indica que o instrumento utilizado apresenta consistência interna satisfatória, situando-se dentro do intervalo considerado adequado para pesquisas em ciências sociais e gestão. Isso significa que os 36 itens aplicados estão, em sua maioria, alinhados na mensuração do construto acesso ao crédito e sua importância para o crescimento das MPMEs.

Estatística descritiva

Tabela 3. Medidas de tendência central e dispersão

Média	Variância	Desvio Padrão	N de itens
117.66	157.685	12.557	36

Fonte: SPSS.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Os resultados descritivos reforçam que o instrumento aplicado conseguiu captar de forma consistente a percepção dos empresários sobre o papel do crédito bancário. A média elevada (117,66) demonstra que, no conjunto, há uma valorização clara do crédito como motor de crescimento das MPMEs. Contudo, a variância (157,685) e o desvio padrão (12,557) revelam que essa percepção não é homogénea: existem diferenças significativas entre grupos de respondentes, possivelmente relacionadas ao município de origem, ao setor de actividade ou ao nível de acesso efetivo às instituições financeiras.

Essa heterogeneidade é relevante, pois mostra que o crédito não impacta todas as empresas da mesma forma. Enquanto em Cabinda o acesso pode ser mais facilitado e gerar efeitos positivos diretos, em Liambo e Ngoio os obstáculos estruturais podem reduzir a percepção de benefícios. Portanto, os dados sugerem que, embora o crédito seja reconhecido como essencial, sua eficácia depende de condições locais de oferta, políticas de inclusão financeira e características próprias das empresas.

a) Nível de acesso das MPME ao crédito bancário

A análise do nível de acesso das MPME ao crédito bancário evidencia que uma parte significativa das empresas inquiridas não beneficia de financiamento formal junto das instituições financeiras. Entre aquelas que tiveram acesso ao crédito, constata-se que esse acesso ocorre de forma limitada, esporádica e, muitas vezes, condicionado por critérios rigorosos.

Este resultado demonstra que o crédito bancário, apesar de ser reconhecido como um instrumento essencial para o crescimento empresarial, ainda não está plenamente integrado na dinâmica financeira das MPME dos municípios em estudo. A existência de instituições bancárias na região não se traduz automaticamente em inclusão financeira efectiva, o que evidencia uma lacuna entre a oferta de produtos financeiros e a capacidade real das empresas de os acederem. A limitada penetração do crédito bancário entre as MPME contribui para a manutenção de estruturas empresariais frágeis, dependentes de recursos próprios ou de financiamento informal, restringindo o potencial de crescimento e inovação.

b) Modalidades de crédito utilizadas pelas MPME

No que se refere às modalidades de crédito utilizadas, os dados indicam uma predominância do crédito de curto prazo, essencialmente direccionado para capital de giro. Este tipo de financiamento é utilizado, sobretudo, para assegurar a continuidade das operações diárias, como a compra de mercadorias, o pagamento de fornecedores e a cobertura de despesas correntes.

Em contrapartida, verifica-se uma utilização reduzida do crédito de médio e longo prazo, destinado ao investimento produtivo e à expansão do negócio. A baixa incidência deste tipo de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

financiamento limita a capacidade das MPME de realizar investimentos estruturais, como a aquisição de equipamentos, modernização tecnológica ou ampliação das instalações. Este padrão de utilização do crédito evidencia que, para muitas MPME, o financiamento bancário é visto como um instrumento de sobrevivência e não como uma ferramenta estratégica de crescimento sustentável.

c) Condições de acesso ao crédito bancário

As condições de acesso ao crédito bancário constituem um dos aspectos mais sensíveis identificados na análise dos dados. As MPME apontam as taxas de juro elevadas, os prazos de reembolso curtos e as exigências rigorosas de garantias reais como os principais factores que dificultam o acesso ao financiamento.

Adicionalmente, os procedimentos burocráticos associados à concessão de crédito, bem como o tempo prolongado de análise e resposta por parte das instituições financeiras, são percebidos como entraves significativos. Esta situação desencoraja muitas empresas a recorrerem ao sistema bancário formal, reforçando a exclusão financeira. As condições impostas pelos bancos refletem uma postura prudencial orientada para a mitigação do risco, porém acabam por excluir um segmento importante do tecido empresarial local.

d) Principais dificuldades enfrentadas pelas MPME no acesso ao crédito

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelas MPME destacam-se a insuficiência de garantias, a ausência de histórico de crédito, a informalidade na gestão financeira e a limitada educação financeira dos gestores. Estas limitações contribuem para uma percepção negativa do risco por parte das instituições financeiras.

A informalidade contabilística e a ausência de demonstrações financeiras organizadas reduzem a transparência das empresas e dificultam a avaliação da sua capacidade de pagamento. Como consequência, muitas MPME recorrem a fontes alternativas de financiamento, geralmente informais e mais onerosas, o que compromete a estabilidade financeira e a sustentabilidade dos negócios.

e) Impacto do crédito bancário no crescimento das MPME

Apesar das restrições identificadas, os dados demonstram que as MPME que tiveram acesso ao crédito bancário registaram melhorias significativas no seu desempenho. Entre os principais impactos observados destacam-se o aumento do volume de negócios, a expansão das actividades empresariais e a criação de novos postos de trabalho.

Estes resultados evidenciam que o crédito bancário exerce uma influência positiva sobre o crescimento das MPME, quando concedido em condições adequadas. O financiamento permite às empresas reforçar o capital de giro, investir em melhorias operacionais e aumentar a sua

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

competitividade no mercado. Assim, confirma-se o papel do crédito como instrumento de desenvolvimento empresarial e económico local.

f) Teste das hipóteses da pesquisa

Com base na análise dos dados empíricos, constata-se que os resultados obtidos permitem rejeitar a hipótese nula (H_0) e aceitar a hipótese alternativa (H_1), que afirma que o acesso ao crédito bancário exerce uma influência positiva e significativa no crescimento das MPME, sendo que a sua concessão adequada permite o aumento do volume de vendas, a expansão do quadro de pessoal e a melhoria da produtividade organizacional.

A evidência empírica demonstra que as empresas com acesso ao crédito apresentam melhor desempenho em comparação com aquelas que dependem exclusivamente de recursos próprios ou de financiamento informal.

g) Validade externa dos resultados

A validade externa do estudo refere-se à possibilidade de generalização dos resultados para contextos semelhantes. Embora a investigação esteja delimitada aos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio, os resultados apresentam relevância para outras regiões com características económicas e estruturais similares, marcadas por limitações no acesso ao crédito e forte presença de MPME.

De acordo com Yin (2016), estudos aplicados em contextos específicos podem apresentar validade externa quando os padrões observados são consistentes com teorias previamente estabelecidas. Neste caso, os resultados confirmam evidências da literatura sobre as dificuldades de acesso ao crédito em economias emergentes.

h) Exemplos práticos

Os resultados obtidos podem ser ilustrados por exemplos práticos da realidade local. Por exemplo, muitas MPME do sector comercial em Cabinda dependem de crédito informal para aquisição de mercadorias, devido às exigências bancárias elevadas, como garantias reais e histórico de crédito. Outro exemplo verifica-se no sector agrícola, onde pequenos produtores enfrentam dificuldades em aceder a financiamento formal, recorrendo frequentemente a associações comunitárias ou crédito rotativo informal.

Adicionalmente, empresas que conseguiram acesso ao crédito bancário demonstraram maior capacidade de expansão, aumento de stock e melhoria da estrutura operacional, evidenciando o impacto positivo do financiamento no crescimento empresarial. Esses exemplos reforçam empiricamente os resultados obtidos, demonstrando que o acesso ao crédito não é apenas uma variável teórica, mas um factor determinante na dinâmica económica local.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu compreender de forma profunda a dinâmica entre o acesso ao financiamento bancário e a trajectória de crescimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) nos municípios de Liambo, Cabinda e Ngoio. Com base no tratamento estatístico dos dados recolhidos junto das 93 empresas da amostra, apresentam-se as seguintes conclusões estruturadas em função dos objectivos específicos delineados:

Os resultados evidenciam uma percepção amplamente positiva por parte dos gestores. O crédito é reconhecido como uma ferramenta de "terapia" organizacional, essencial para a transição de um estado de subsistência para um patamar de expansão. Observou-se que a maioria dos empresários inquiridos associa o uso do crédito a uma melhoria directa na capacidade operacional e na qualidade dos serviços prestados, validando a ideia de que o capital externo é um motor de modernização e não apenas um mecanismo de endividamento.

Identificou-se que as instituições bancárias locais mantêm um elevado rigor na avaliação de risco. Os critérios de concessão centram-se na exigência de garantias reais e na apresentação de históricos contabilísticos organizados. Esta realidade demonstra que, embora o crédito seja vital, existe ainda um fosso entre as exigências formais dos bancos e a capacidade de resposta das MPME, que muitas vezes operam em contextos de informalidade técnica. A análise sublinha que o cumprimento destes critérios funciona como um filtro que, embora garanta a segurança bancária, limita o alcance da "terapia" financeira às empresas com maior maturidade administrativa.

A investigação apurou que as elevadas taxas de juro e a burocracia excessiva constituem as principais barreiras que impedem as empresas de Liambo, Cabinda e Ngoio de acederem ao crédito. Além disso, a falta de produtos financeiros desenhados especificamente para a realidade municipal de Cabinda agrava a exclusão financeira. Estas barreiras criam um paradoxo: as empresas que mais necessitam de capital para crescer são as que enfrentam as maiores dificuldades para o obter, o que retarda o processo de diversificação económica da província.

Portanto, os dados confirmam a hipótese geral do estudo. O acesso ao crédito bancário exerce uma influência positiva e estatisticamente significativa no desempenho das MPME. O impacto é visível no aumento do volume de vendas, no investimento em ativos fixos e, fundamentalmente, na geração de emprego local. Conclui-se que a eficácia desta "terapia" financeira depende de uma abordagem integrada, onde o crédito é acompanhado por políticas de literacia financeira e uma maior flexibilidade nas condições de concessão, permitindo que o sector empresarial privado se torne o verdadeiro protagonista do desenvolvimento socioeconómico da região.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Este trabalho representa um ponto de partida para futuras investigações que nos propusemos realizar, tais como:

Produtos e serviços bancários, sua contribuição para o crescimento da economia angolana;

Principais fontes de financiamento das PME em Angola;

Financiamento e suas implicações no crescimento das PME;

Gestão de risco de crédito e concessão de financiamento às MPME;

Papel das instituições públicas de apoio no financiamento das MPME.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro: Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Luanda: Imprensa Nacional, 2011.

ASSAF, Alexandre Neto. Mercado financeiro. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BĂDULESCU, D. SMEs financing: The extent of the financing gap. Annals of the University of Oradea: Economic Science, 19(2), 496–501. 2010.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA – BDA. Relatório anual e linhas de financiamento ao sector produtivo. Luanda: BDA, 2022.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA – BNA. Relatório de inclusão financeira em Angola. Luanda: BNA, 2021.

_____. Relatório de estabilidade financeira. Luanda: BNA, 2023.

BURNS, P. Empreendedorismo e Pequenas Empresas. 4. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

CARVALHO, J.; ALMEIDA, P. Políticas públicas e desenvolvimento das MPME em Angola. Revista Angolana de Economia, 6(1), 45–62. 2018.

CARVALHO, M.; DOMINGOS, L. Garantias bancárias e risco de crédito nas PME. Revista Lusófona de Gestão, 12(2), 80–95. 2021.

CARVALHO, R.; MENDES, F. Financiamento empresarial e sistema bancário. Lisboa: Edições Sílabo, 2020.

CHIAVENATO, I. Administração geral e pública. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

FERREIRA, J.; COSTA, M. Sistema financeiro e intermediação bancária. Lisboa: Almedina, 2020.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

FERREIRA, J.; LIMA, S. Crédito bancário como produto e serviço financeiro. Revista Portuguesa de Gestão, 21(2), 60–75. 2022.

FERREIRA, J.; SANTOS, R. Gestão do risco de crédito bancário. Lisboa: Escolar Editora, 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 2015.

GOMES, A.; PEREIRA, R. Avaliação do risco de crédito empresarial. Lisboa: Escolar Editora, 2021.

INAPEM – INSTITUTO NACIONAL DE APOIO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. Relatório sobre as MPME em Angola. Luanda: INAPEM, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LOPES, A. Financiamento das PME em economias periféricas. Lisboa: Almedina, 2014.

LUSSUAMO, J. M.; SERRASQUEIRO, Z. Constrangimentos ao acesso ao crédito bancário das PME em Cabinda. Revista de Economia e Gestão, 9(2), 101–118. 2020.

MENDES, J. Desenvolvimento económico local e pequenas empresas. Lisboa: Escolar Editora, 2021.

MENDES, J.; ALMEIDA, P. Factoring e liquidez empresarial. Lisboa: Almedina, 2019.

MENDES, J.; CARVALHO, R. Produtos bancários e financiamento empresarial. Lisboa: Escolar Editora, 2021.

MENDES, J.; FERREIRA, A. Digitalização financeira e MPME. Lisboa: Almedina, 2022.

PEREIRA, J.; ALMEIDA, M. Sistema financeiro e crédito bancário. Lisboa: Almedina, 2019.

PEREIRA, J.; COSTA, M. Financiamento empresarial e políticas de crédito. Lisboa: Escolar Editora, 2022.

PEREIRA, J.; SANTOS, L. Crédito e crescimento económico. Porto: Vida Económica, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2021.

RODRIGUES, M.; MARTINS, A. PME, crédito e competitividade. Lisboa: Almedina, 2021.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R.; JORDAN, B. Administração financeira. 10ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SANTOS, R.; RIBEIRO, L. Micro e pequenas empresas e desenvolvimento económico. Lisboa: Escolar Editora, 2020.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SILVA, A. Crédito bancário e políticas de fomento produtivo. Lisboa: Almedina, 2018.

SILVA, A.; CHILALA, F. Sistema bancário angolano e PME. Luanda: Mayamba Editora, 2021.

TALEB, N. N. A Lógica do Cisne Negro: O Impacto do Altamente Improvável. New York: Random House, 2007.

TAVARES, R.; SILVA, A. Inovação financeira e tecnologia bancária. Lisboa: Almedina, 2020.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.